

Resenha:

Análise de texto – Procedimentos, Análises, Ensino

Marcelo Lima Calixto ¹

O percurso da caminhada se inicia propondo como um semanticista pode se interessar pelo texto e trazer para a análise desses textos os desenvolvimentos dos estudos da significação, contribuindo para os modos de ler sustentadamente um texto, estabelecendo o lugar dos estudos semânticos e desenvolvendo procedimentos próprios para a interpretação e compreensão do texto. Ao percorrer suas análises, percebemos o quanto o autor se deixa expor ao inesperado, nos mostrando o lugar do texto para a prática da reflexão, para o desenvolvimento da vida intelectual. Vamos percorrer juntos essa caminhada em busca dos sentidos que os textos produzem.

Na primeira parte da obra, Guimarães apresenta o Norte de seu trabalho: o que ele chama de fundamentos, onde vai estabelecer o que é texto e nos apresentar, num segundo momento, os procedimentos que irão guiar suas análises de texto. No primeiro texto intitulado “O que é texto”, Guimarães inicia o percurso para delinear o conceito de texto. Inicialmente traz a definição de Benveniste e utiliza-se do exemplo de um mapa de uma cidade para elucidar o conceito de texto na visão da teoria da enunciação, que define o mesmo como uma unidade no sentido, finita e que tem como característica integrar enunciados. Ao desenvolver seu conceito de texto, Guimarães destaca que um dos aspectos importantes que devem ser considerados na composição do texto é que “seus enunciados se reportam sempre a enunciados de outras enunciações anteriores, de outros textos” (p. 27), ou seja, em seu entendimento um texto sempre pronuncia outros textos ou elementos destes textos, agregando-os e os transformando. Salienta que um texto se apresenta como uma versão de outro texto ou de si mesmo e traz como exemplo dessa afirmação as orações ritualizadas das práticas religiosas. Ao final desse primeiro texto, o autor salienta que tais análises não só permitirão compreender como os textos mostram o seu funcionamento, mas também pensarmos de modo muito específico como se constituem os sentidos, uma vez que os entendemos realizados nos acontecimentos em que os textos são enunciados e no modo como constituem e são constituídos por enunciados.

No segundo texto, dessa primeira parte, intitulado “Análise de texto Estabelecendo o Procedimento”, dentro de sua posição de semanticista (que é a de se colocar na posição de dizer como os sentidos podem ser interpretados), Guimarães define como paradigma de suas análises o entendimento de que a interpretação é uma atribuição de sentido que o analista faz aos enunciados e ao texto considerando a relação de associação que constitui texto e sua relação com a exterioridade. Dentro desse estabelecimento de procedimento incorpora o lugar do que ele chama de *leitor-semanticista*, aquele que teria a capacidade de considerar o processo enunciativo, de caráter histórico político, na constituição do sentido, ou seja, significa poder dizer como um texto se concebe enquanto texto e de apontar que existem funcionamentos linguísticos próprios para isso. Para Guimarães o sentido de uma expressão linguística se estabelece pelo acontecimento da enunciação², ou seja, para que um certo tipo de sequência linguística seja enunciado é necessário que constitua texto.

1 Professor do IFRS e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

2 Essa concepção semântica foi desenvolvida na obra intitulada “Semântica do acontecimento”.

Ao analisar um texto, o autor leva em consideração: a) a noção de recorte (que ele foi buscar no interior da Análise do Discurso) como um fragmento do acontecimento da enunciação, como formas linguísticas que parecem como associadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento; b) a interpretação do texto parte dessa noção de recorte e chega-se a uma interpretação do texto relativamente à caracterização desse recorte, retorna-se a um outro recorte e constituímos uma nova interpretação de texto, agora levando em consideração os dois recortes, e assim sucessivamente; c) interpretar é construir sentidos aos elementos e ao todo do texto, considerando as familiaridades que marcam a integração dos elementos ao texto e de acordo com a posição teórico-metodológica assumida. Portanto, interpretar não se trata de uma decodificação, mas de considerar o funcionamento da linguagem dentro das condições em que os acontecimentos enunciativos se realizam.

A partir da segunda parte da obra, Guimarães inicia os processos de análise. Suas análises iniciam em torno de três textos que constituem a História do Brasil.

No primeiro texto analisado, intitulado “A proclamação da República”, Guimarães nos brinda com o documento que “deu origem” ao nascimento da república brasileira, identificando no mesmo a força performativa³ de instalação de um novo regime político. A análise do texto se dará através de três recortes, o primeiro tratará dos vocativos, o segundo, que será articulado ao primeiro, é o modo de constituição da performatividade do texto e o terceiro recorte será do sentido da palavra “povo”. O primeiro recorte, o vocativo “concidadãos”, divide o texto em quatro partes. Para desenvolver essa análise nos é apresentado o seu funcionamento, chamando a atenção do leitor para a particularidade desse vocativo destacar-se pelo uso do ponto de exclamação e por ser um enunciado que emerge apresentando a relação de enunciação. Para posicionar-se nessa relação de enunciação, esse enunciado “concidadãos” será parafraseado como segue: a) “*Eu falo a vocês os [meus] concidadãos*”, onde a cena enunciativa instalada contribui para conceber lugares sociais de sujeitos diversos, o que nos leva a compreender que o vocativo é bem mais do que estabelecer relação com o interlocutor, mas a constituição dessa relação, pois designa o alocutário do texto e os elementos da configuração da cena enunciativa e, conseqüentemente, estabelecendo politicamente os sentidos. A enunciação do texto se apresenta como se dando do lugar do cidadão para o cidadão, significando essa ligação como incontestável. b) “*A deposição do imperador e extinção da monarquia é uma revolução nacional*”, onde revolução é determinada pelo sentido de deposição do imperador e eliminação da monarquia e, essa cena enunciativa apresenta-se como se fosse a organizadora do texto. Origina-se dessa cena enunciativa a performatividade do texto e essa relação carrega uma simultaneidade: de um lado a cena em que o lugar social do locutor configura-se numa relação de cidadão - cidadão, e de outro o lugar social do locutor é o das forças armadas estabelecendo a relação forças armadas – povo, ou seja, o povo fica de fora do lugar que estabelece uma legalidade política. Seguindo em seu trabalho de análise, Guimarães faz um recorte mais específico dessa análise de performatividade, um recorte histórico, mostrando como se configura esse lugar na chamada Proclamação da República, na qual a cidadania se vê formulada e instabilizada pelo lugar que a formula.

O segundo texto, “ ‘Desordem’ no Congresso”, é um texto que produz sentido pela maneira como trabalha com a Bandeira Brasileira. Guimarães considera três recortes em

3 A ideia de performativo vem da teoria dos atos de fala que foi elaborada inicialmente por John L. Austin e desenvolvida posteriormente por J.R. Searle

sua análise: o funcionamento do enunciado “ordem no Congresso”; a representação modificada da bandeira; e a cena enunciativa que o texto constitui. Chama a atenção que o único enunciado linguístico que o texto possui e que organiza sua significação é “ORDEM no CONGRESSO” e que o texto foi produzido em 2005, em condições muito particulares da vida política brasileira, momento em que o Brasil se viu tomado pelo escândalo que ficou conhecido como “mensalão” e que envolvia relações entre o Executivo e o Congresso. O autor nos mostra como se dão os sentidos nesse texto do outdoor, em que a falta de ordem no Congresso desconstrói o sentido da Bandeira e conseqüentemente o sentido daquilo que ela simboliza (o país, o Estado, a Nação), sustentando uma argumentação da necessidade de mudança no Congresso. É um texto que toma a Bandeira Brasileira como um memorável que funciona como fonte de novos sentidos.

O terceiro texto chama-se “O nome da língua”, onde será analisado o texto que decidiu que o nome da Língua Nacional do Brasil é língua portuguesa. É apresentada a análise do funcionamento da performatividade desse texto e do parecer que ele contém, pois tal performatividade institui constitucionalmente “Língua Portuguesa” como nome da língua nacional e oficial do Brasil, onde a performatividade legal da decisão se faz do lugar da Comissão (um lugar do saber), lugar esse determinado e segurado pelo lugar do governo enquanto locutor. Esse texto patrocina uma argumentação fundamental, a de que no Brasil fala-se a mesma língua de Portugal, ou seja, a língua portuguesa, sendo assim, o idioma nacional do Brasil é a língua portuguesa. Tal argumentação é sustentada pelo sentido de civilização, que é determinada por progresso e define língua e povo, o que faz de civilização o argumento decisivo para que a língua portuguesa seja reconhecida como a língua do povo brasileiro.

Na terceira parte da obra, dando continuação aos processos de análise, o autor traz “outros textos nem tão distantes. O primeiro texto, dessa terceira parte, recebe o título de “Uma notícia e suas línguas”. Nessa análise há a proposta de um movimento diferente do que foi feito até aqui, pois trata-se de um texto extraído de uma revista semanal de grande circulação da mídia brasileira. A análise de tal texto se detém em três recortes: o da metáfora do título da notícia; o do espaço da enunciação, e o do caráter aditivo do texto, que está diretamente ligado ao modo de apresentar a notícia. Na análise do título da matéria, Guimarães considera que a metáfora do título funciona ao modo do discurso indireto livre e combina uma “reescrituração por substituição sinonímica”, onde o dizer do Locutor determina um outro dizer. Ao conduzir sua análise, Guimarães mostra-nos que o que mais importa não é a metáfora em si, mas que a construção da mesma pela articulação dos sintagmas produz um conjunto de direções para o sentido. Também nos faz refletir sobre o espaço da enunciação e de que como esse espaço determina politicamente o falante, mostrando como a relação das línguas acaba por significar as relações econômicas relacionais deste espaço de enunciação.

No segundo texto nominado “O credo e a enunciação ritualizada”, o autor analisa as práticas religiosas cristãs católicas, no caso a enunciação da oração “Credo” que funciona como um ritual, uma vez que é repetido várias vezes em diferentes rituais católicos. Guimarães destaca que rezar, tendo como alocutário Deus, é estar no lugar do locutor-fiel (é ser um fiel). Dessa forma, outro aspecto destacado na análise é a temporalidade do acontecimento em que cada reza se dá: o presente que é o próprio ato de rezar, o passado que é a eterna temporalidade presente da enunciação que cria a oração, e o sentido de salvação como futuro. É parte da enunciação que cada fiel faz ao rezar o credo o seu caráter

de acontecimento, pois rezar é ser agenciado de um lugar universal na temporalidade eterna de Deus. O acontecimento de rezar se manifesta enquanto neutro ao espaço da enunciação, tornando-se irrelevante tanto à língua, como à história e ao tempo. A performatividade do texto se constitui pelo comprometimento do fiel enquanto fiel pela manifestação da crença que o representa como cristão.

No terceiro texto, intitulado “Os sentidos de uma canção de Bandeira”, a análise agora será de um texto literário, especificamente a “Última Canção do Beco”, de Manuel Bandeira. Guimarães propõe tomar os seguintes recortes: as reescrituras da palavra “beco; a constituição da cena enunciativa; a designação de “Beco”; e aspectos da construção dos versos e estrofes. As reescrituras da palavra Beco se dão por substituições opostas: é reescrito por *esta casa e meu quarto*, por especificação e por *Lapa* por generalização, mostrando que o movimento do texto se fecha sobre si mesmo, pois aquilo a que se refere é a quem se fala. Quando o Beco é o referido, as características são afetivas, já quando ele é o interlocutor, seus predicados são objetivos, sociais. A construção dos versos se dá numa relação de sentidos, o interno e o de fora. Apresenta um texto cuja construção é fortemente estruturada e concomitantemente quebrada, ou seja, é a relação entre o modelo e sua quebra que nos oferece a força dos sentidos no poema.

Na quarta parte da obra, Guimarães se dedica ao texto na escola. Em “Estudando com Textos”, o autor parte do princípio de que o Homem é um ser da linguagem e desde sempre está exposto à relação com textos, mas a relação com os textos escritos tomou contornos que produziram um imaginário sobre a finitude do texto. Mas a proposta de Guimarães não trata do texto por uma condição de completude. São sugeridas atividades, que segundo o autor, serão capazes de desenvolver nos alunos a capacidade de compreender e poder pensar sobre um texto, de poder falar sobre ele e de poder produzir diferentes textos, nas condições mais diversas. O texto é compreendido como unidade de sentido integrada por enunciados, onde dois aspectos fundamentais são colocados no centro da questão do ensino: o funcionamento do enunciado e o fato de que os enunciados são produzidos por sua relação de integração com o texto. Um enunciado tem a particularidade de possuir uma consistência interna e uma independência relativa, além do chamado funcionamento gramatical ser inseparável da produção do sentido. Existem elementos no texto que nos mostram como se dá a articulação dos enunciados com o texto, sendo isto decisivo para se poder compreender e interpretar o que diz um texto. O essencial a se observar no texto não é se ele é correto, segundo um padrão linguístico normatizado, mas de considerar como ele faz sentido. Esse texto coloca em discussão o ensino através dos diferentes gêneros textuais e lembra que o ensino que toma como central a questão dos gêneros é um ensino que se configura como do mesmo tipo que aquele ligado ao ensino da gramática normativa. O que interessa observar é a relação entre língua e enunciação que aparece nas enunciações específicas de textos particulares, considerando seus modos de circulação, além do que a questão do texto é relativa ao modo de estar em sociedade hoje. Apresenta como movimentos a serem considerados: o professor analisa um texto; os alunos analisam um texto, a produção de outros textos e mostrar que um texto traz muitos sentidos. É significativo saber encontrar nos textos os aspectos relevantes tanto para sua interpretação como para ensinar a pensar a partir dos textos, sendo dessa forma possível fazer ler e compreender bem os textos e a partir disso é possível escrever ou dizer conteúdos escritos.

Dentro da conclusão de sua obra, Guimarães retoma as práticas sugeridas e envolvidas na análise de textos de modo objetivo, demonstrando como é importante encontrar os recortes. Guiar-se por suas descrições é o fundamento dessa prática. Percebemos que as análises feitas, a partir do lugar de leitura do semanticista da enunciação, não se limitam a seguir a linearidade nem a referencialidade do texto, mas a necessidade de observar as relações transversais que a integração dos enunciados ao texto constituem em virtude de sua enunciação. Os textos não podem ser tomados como modelos, mas como acontecimentos específicos que trabalham o tempo todo o já realizado e o ainda não realizado. Analisar textos é um caminho para se pensar sobre as questões que nos interessam.

Finalmente, cabe destacar os aportes trazidos em “Análise de texto – Procedimentos, Análises, Ensino”, não só pela heterogeneidade dos diálogos entre as diferentes concepções epistêmicas, mas a forma como essas diferentes concepções contribuem para a construção do campo de investigação.

Referências

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: RG Editora, p. 160, 2011.

Recebido em: 11/06/2019; Aceito em: 21/06/2019